

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.202 - RJ (2019/0226315-0)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : RICARDO FREITAS SANTOS  
**ADVOGADO** : CARLOS MAGNO RAMOS FIUZA - RJ162093  
**RECORRIDO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por RICARDO FREITAS SANTOS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. ATO DISCRICIONÁRIO. REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO ATIVO. PERMANECER NA CONDIÇÃO DE ADIDO. REFORMA. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O SERVIÇO MILITAR COM RECUPERAÇÃO A LONGO PRAZO (INCAPAZ B2). PORTADOR DE LESÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR DO JOELHO DIREITO.

1. Demanda objetivando a (i) 'invalidação da dispensa e o subsequente restabelecimento do vínculo, até a recuperação de sua aptidão para o trabalho'; (ii) 'pagamento dos salários devidos desde a dispensa em setembro de 2011 até a recuperação da capacidade laboral (parcelas vencidas e vincendas)'; e (iii) 'condenação da Ré na obrigação de pagar, a título de indenização compensatória do dano moral causado ao Autor, de valor não inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)'.

2. O ato de licenciamento ex officio do militar na condição de temporário é discricionário e, assim, submete-se a critérios de conveniência e oportunidade da Administração Castrense, que não pode ser compelida a manter em seus quadros militares não estabilizados, salvo na hipótese do militar sem estabilidade comprovar incapacidade definitiva para todo e qualquer trabalho.

3. O Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880/1980), no seu artigo 124, trata da anulação de incorporação e da desincorporação da praça, dispondo que estas resultam na interrupção do serviço militar com a consequente exclusão do serviço ativo e que a legislação que trata do serviço militar (Lei n.º 4.375/1964) estabelece os casos em que haverá desincorporação da praça. O Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto n.º 57.654/1966), por seu turno, ao dispor acerca da desincorporação, que constitui uma das maneiras de interrupção do

serviço ativo das Forças Armadas, contempla expressa previsão de desincorporação para o militar que sofra moléstia ou acidente que o torne incapaz temporariamente para o serviço militar e podendo ser recuperado a longo prazo, sendo ele diagnosticado como “Incapaz B2”.

4. No caso dos autos, verifica-se que o Autor (i) foi incorporado à Marinha em 02/03/2009, (ii) obteve reengajamento, com prorrogação do tempo de serviço por um ano, no período de 01/03/2011 a 29/02/2012, em (iii) 16/03/2011 foi inspecionado e considerado incapaz temporariamente para o SAM, por doença sem relação de causa e efeito com o serviço e obteve licença para tratamento de saúde, o que se repetiu em 25/04/2011 e 22/06/2011, sendo que o licenciamento ocorreu em 26/08/2011 (fl. 17/18), data em que o Autor estava ainda em período de licença médica por ter sido considerado incapaz temporariamente para o serviço ativo, por conta de lesão de ligamento cruzado anterior do joelho direito (fl. 40).

5. Nas inspeções médicas realizadas administrativamente no ano de 2011, o Autor foi considerado incapaz apenas para o serviço militar e em caráter temporário, o que não permite a sua manutenção como adido, hipótese restrita ao caso de desincorporação 'por moléstia ou acidente que torne o incorporado definitivamente incapaz para o Serviço Militar' (art. 140, item 2 e § 2º do Decreto nº 57.654/1966).

6. Apelação desprovida" (fls. 219/220e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta dissídio jurisprudencial, sustentando que:

"Conforme comprova o laudo da Ressonância Magnética já anexado (fls. 32), o Autor/Recorrente apresentou lesão em seu joelho em outubro de 2010, ou seja, oito meses após a sua entrada na Marinha.

Ao iniciar o serviço militar, o Autor/Recorrente foi submetido a severos exames físicos e médicos, o que garante que gozava de perfeita saúde.

Como se pode observar, a própria Marinha declara no histórico do Autor/Recorrente (fls. 20/21), que este não exerceu qualquer atividade remuneração extra-marinha ao longo do período que esteve vinculado ao serviço militar, razão pela qual é fácil concluir que o rompimento do joelho foi em decorrência do serviço militar.

Com a dispensa do Serviço Militar, sem condições de continuar com o tratamento, o Autor/Apelante ficou impossibilitado de garantir a sua subsistência, uma vez que sofreu de grave lesão no joelho que o

impossibilitou de laborar.

Seguem abaixo as telas dos autos da presente demanda (fls. 23/24) que comprovam a incapacidade do Autor/Recorrente na data da dispensa do serviço militar.

(...)

Não se discute na presente demanda a legalidade do ato discricionário da Administração, mas sim, o licenciamento de um militar incapacitado, que estava no gozo da licença no momento da dispensa.

(...)

Segundo a Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), o militar pode ser licenciado, de ofício, após a conclusão do tempo de serviço ou do estágio, seja por conveniência do serviço ou a bem da disciplina (artigo 121 e parágrafo 3').

Contudo, é condição prévia para o licenciamento que o militar esteja em perfeita condição de saúde. Do contrário, não pode ser desligado da corporação.

#### DA DIVERGÊNCIA

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de reconhecer a nulidade do licenciamento do militar temporário que sofre de incapacidade por doença que o acomete durante a prestação do serviço, sendo desnecessária a comprovação do nexo de causalidade entre a doença e a atividade militar para a sua reintegração.

Nesse sentido:

(...)

Diante de todo o exposto, requer-se a reforma do Acórdão *a quo*, reconhecendo-se a nulidade do licenciamento com a determinação da sua reintegração, bem como o pagamento do soldo correspondente, devidamente atualizado" (fls. 227/238e).

Por fim, requer "seja o presente Recurso Especial recebido e dado provimento, determinando-se a reforma do acórdão *a quo*, devendo ser o Recorrente agregado à Marinha do Brasil na condição de adido, com remuneração calculada com base no soldo e demais vantagens remuneratórias correspondente ao grau hierárquico que ocupava, até que, após tratamento médico adequado, seja emitido um parecer definitivo que afirme sua capacidade ou sua incapacidade laborativa" (fls. 238/239e).

Contrarrazões, a fls. 267/272e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 278/281e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente,

pretendendo "o reconhecimento/declaração de que o contrato mantido com a Ré encontra-se suspenso, em virtude da afirmada incapacidade laboral, com a invalidação da dispensa e o subsequente restabelecimento do vínculo, até a recuperação de sua aptidão para o trabalho" (fl. 11e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

**3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.**

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA,

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe de 07/03/2018).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, deve-se ressaltar que o Recurso Especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional, além da comprovação da divergência – por meio da juntada de certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com indicação da respectiva fonte –, nos termos do art. 1.029, § 1º, parágrafo único, do CPC/2015 e art. 255 do RISTJ, **exige a demonstração do dissídio, com a realização do cotejo analítico entre os acórdãos, nos termos legais e regimentais, não bastando a mera transcrição de ementas.**

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO C. C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REDUÇÃO DE PROVENTOS AO TETO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVOCADA DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APLICÁVEL. OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA DECIDIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL. REVISÃO POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - No que concerne ao ausência de prequestionamento, verifica-se que a Corte de origem não se pronunciou, ainda que implicitamente, acerca do art. 2º da Lei n. 9.784/99. A análise da controvérsia foi feita, na verdade, sob perspectiva constitucional, mediante análise do dispositivo do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal e princípios como o direito adquirido, ato jurídico perfeito e irredutibilidade de vencimentos. Assim, incide no caso o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

II - De outra sorte, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em preceitos eminentemente constitucionais. Incabível a análise da decisão combatida pela via eleita, pois, nos termos do art. 105, III, da CF/88, o recurso especial destina-se à

uniformização do direito federal infraconstitucional, sendo reservada ao STF a análise de possível violação de matéria constitucional.

**III - Ademais, o recurso não pode ser conhecido pela divergência, pois os recorrentes não realizaram o necessário cotejo analítico, bem como não apresentaram, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementas, deixaram de demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e os arestos paradigmáticos.**

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.145.301/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

Na hipótese, contudo, a parte recorrente não se desincumbiu de seu ônus, porquanto não realizou o cotejo analítico entre os julgados trazidos como paradigmas e o acórdão impugnado, mediante a indicação de circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora